

Comissão aprova orçamento

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional aprovou ontem, sem emendas, o parecer preliminar do projeto de Orçamento Geral da União para 1991, elaborado pelo relator-geral, deputado João Alves (PFL/BA). Dos 84 membros permanentes, compareceram pouco mais de dez. O projeto original do governo foi mantido quase na íntegra, com pequenas modificações. O primeiro orçamento preparado pela equipe econômica do presidente Fernando Collor prevê a receita e determina a despesa de Cr\$ 8,677 trilhões, em valores de maio deste ano. Agora, a comissão se reunirá em vários grupos, para discutir os anexos do projeto, analisando as diversas destinações do orçamento.

Os parlamentares decidiram restringir o próprio trabalho das subcomissões: as dotações estipuladas pelo parecer preliminar do deputado João Alves, segun-

do o que foi votado ontem, não poderão ser alteradas. Isso significa que o governo já conseguiu sua primeira vitória. Foram barradas pretensões como a da bancada do PT, que queria retirar das Forças Armadas Cr\$ 35,8 bilhões e destiná-los a áreas sociais. Agora, o relator de cada um dos anexos terá que se deter aos limites já fixados anteriormente pelo projeto do governo.

Numa das poucas alterações, o relator destinou Cr\$ 3,8 bilhões, da chamada reserva de contingência, à Secretaria de Ciência e Tecnologia e aos ministérios, da Agricultura, da Ação Social e da Infra-Estrutura, com fins específicos. Outros Cr\$ 3 bilhões, também oriundos da reserva de contingência, serão distribuídos entre o Judiciário, o Ministério Público e o Poder Legislativo. A próxima reunião da comissão será na quinta-feira, dia 8.